

SUMÁRIO

INSS

Analista do Seguro Social - CNU - Bloco 1

CONHECIMENTOS GERAIS

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania	1
Formação histórica do estado democrático de direito	6
Constituição federal de 1988: direitos fundamentais, sociais e políticos, consolidação da democracia, representação política e participação cidadã	10
Relações entre os poderes executivo e legislativo e os desafios da governabilidade ...	16
Judicialização de políticas públicas	21
Capacidades estatais e democracia	26
Efetivação e reparação de direitos humanos: demandas sociais históricas, autoritarismo, violência de estado, memória, verdade e justiça	31
Políticas públicas. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias. Ciclos de políticas públicas: agenda, formulação, processos decisórios, implementação de planos, programas e projetos, monitoramento e avaliação. Levantamento, sistematização, análise e interpretação de dados quantitativos, qualitativos e indicadores de políticas públicas. Federalismo, descentralização e sistemas de políticas públicas no Brasil. Intersectorialidade e transversalidade. Transformação digital e seus impactos na sociedade e nas políticas públicas	36
Ética e integridade. Princípios e valores éticos do serviço público, seus direitos e deveres	39
Governança pública e sistemas de governança. Transparência. Acesso à informação	44
Diversidade e inclusão na sociedade. Diversidade de sexo, gênero e sexualidade; diversidade étnico-racial; diversidade cultural	47
Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: crianças e adolescentes; idosos; LGBTQIA+; pessoas com deficiência; pessoas em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais minorias sociais	50
Desigualdades e interseccionalidades	52
Administração pública federal. Princípios constitucionais e normas que regem a administração pública	57
Evolução das reformas da administração e do serviço público no Brasil e estrutura organizacional da administração pública federal	60
Sistemas estruturantes da administração pública federal	66
Fundamentos das finanças públicas, tributação e do planejamento-orçamento (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual)	71
Trabalho e tecnologia. Evolução das relações de trabalho e uso de novas tecnologias. Inteligência artificial, automação e produtividade no setor público. Limitações, riscos e problemas associados ao uso das novas tecnologias no setor público	87
Questões	92
Gabarito	96

SUMÁRIO

SUMÁRIO



EIXO TEMÁTICO 1 - SEGURIDADE SOCIAL

Conceito de política social e seguridade social.....	1
Estado brasileiro e proteção social; vertentes históricas.....	10
A construção da política social no brasil.....	15
Diretrizes e objetivos da seguridade social	19
Evolução legislativa da seguridade social no brasil	21
Constituição de 1988: direitos sociais (arts. 6o ao 11) e seguridade social (art. 194 E 195)	28
Lei nº 8.212/1991 E suas alterações.....	33
Financiamento e orçamento da seguridade social.....	70
Questões	73
Gabarito.....	77

EIXO TEMÁTICO 2 - SAÚDE

Aspectos históricos da política de saúde no brasil; reforma sanitária.....	1
Legislações relativas à política pública de saúde; lei nº 8.080/1990 E suas alterações; lei nº 8.142/1990 E suas alterações; conselhos e conferências no sistema único de saúde (sus): a participação da comunidade na gestão	7
Ciência, pesquisa e tecnologia em saúde; tecnologias em saúde: conceitos e tipologias.....	39
Aspectos éticos e bioéticos nos estudos e pesquisas em saúde.....	45
Metodologias de pesquisa em saúde	52
Política nacional de gestão da tecnologia em saúde	57
Estudos e avaliação de indicadores de saúde: sistemas nacionais de informação	61
Desenhos de estudos epidemiológicos para investigação de doenças e agravos	76
A política de saúde e o sistema único de saúde (sus); estrutura e organização do sus; modelos assistenciais e linhas de cuidado em saúde.....	82
Política nacional de promoção da saúde.....	86
O papel dos serviços de saúde nos diferentes níveis da assistência na resposta às emergências em saúde pública e eventos de potencial risco sanitário nacional das doenças transmissíveis	91
Diagnóstico de saúde: diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças transmissíveis, não transmissíveis e outros agravos de notificação obrigatória; planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância em saúde das doenças transmissíveis e não transmissíveis.....	94
Trabalho em equipe multidisciplinar / interdisciplinar / transdisciplinar	100
Política nacional de atenção especializada em saúde	108
Programa nacional de controle de infecção hospitalar	114
Política nacional de segurança do paciente	121

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Política nacional de humanização	126
Política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas	130
Política nacional de prevenção e controle do câncer	136
Informação, comunicação e educação em saúde	153
Política nacional de vigilância em saúde	158
Cenário epidemiológico no brasil: transição demográfica e epidemiológica das doenças e agravos da saúde	163
Determinantes sociais, ambientais e biológicos do processo saúde-doença	167
Contribuição da vigilância em saúde e ferramentas para ações de controle e monitoramento de epidemias, endemias regionais e de vetores relacionados a doenças transmissíveis	170
Investigação, monitoramento e avaliação de riscos e dos determinantes de doenças e agravos e dos danos à saúde e ao meio ambiente	176
Programa nacional de imunização (pni)	181
Questões	187
Gabarito	195

EIXO TEMÁTICO 3 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aspectos históricos da assistência social no brasil	1
Legislações relativas à política pública de assistência social; lei nº 8.742/1993 - Lei orgânica da assistência social (loas)	2
Política nacional de assistência social (pnas) 2004	20
Norma operacional básica do sistema único de assistência social (nob/suas/2012)	56
Pobreza, desigualdades e vulnerabilidade social	96
A política de assistência social e o sistema único de assistência social (suas); estrutura e organização do suas; proteção social básica; proteção social especial; benefícios eventuais	102
Gestão do suas	109
Benefício de prestação continuada. Modelos de avaliação da deficiência; habilitação, concessão, manutenção, representação e indeferimento; suspensão e cessação	110
Decreto nº 6.214/2007 E suas alterações	115
Lei nº 13.146/2015 E suas alterações - lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência)	132
Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da organização das nações unidas	164
Questões	187
Gabarito	191

SUMÁRIO



EIXO TEMÁTICO 4 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Noções de direito previdenciário; constituição federal de 1988 (art. 201 E 202 e alterações posteriores); lei nº 8.213/1991 E suas alterações	1
Finalidades e princípios básicos da política de previdência social	57
Regimes próprios de previdência social	64
Regime geral de previdência social; segurados obrigatórios; filiação e inscrição; conceito, características e abrangência: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial; segurado facultativo: conceito, características, filiação e inscrição; trabalhadores excluídos do regime geral de previdência social; empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário; manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado	71
Plano de benefícios da previdência social; beneficiários; benefícios; serviço social; reabilitação profissional	81
Avaliação biopsicossocial da deficiência; definição da pessoa com deficiência; grau de gravidade da deficiência à luz da classificação internacional de funcionalidade, incapacidades e saúde da organização mundial de saúde (cif) e do instrumento de funcionalidade brasileiro modificado (ifbrm); critérios de concessão da aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do regime geral de previdência social (rgps); lei complementar nº 142/2013	95
Doenças ocupacionais e perfil profissiográfico previdenciário	104
Questões	111
Gabarito	118

EIXO TEMÁTICO 5 - SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Legislações relativas à saúde e à segurança do trabalho	1
Perícia oficial	10
Acompanhamento médico da saúde dos trabalhadores: exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais; promoção à saúde; adicionais ocupacionais; reabilitação ocupacional; readaptação profissional....	17
Política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora	25
Programa de gestão de riscos	33
Subsistema integrado de atenção à saúde do servidor (sias)	41
Noções conceituais de higiene do trabalho e suas relações com o ambiente de trabalho; agentes nocivos e os agravos à saúde do trabalhador; antecipação, reconhecimento, avaliação e controle da exposição ocupacional	41
Doenças relacionadas ao trabalho: conceitos, espécies, etiologias e fisiopatologias; fatores de risco; reconhecimento oficial de doenças relacionadas ao trabalho	52
Nexo trabalho-doença: individual, profissional e epidemiológico	62
Acidente do trabalho; definição e legislação previdenciária; equiparação dos acidentes de trabalho às doenças relacionadas ao trabalho	69

SUMÁRIO



Emissão de comunicação de acidente do trabalho (cat); modelos, metodologias, etapas da análise de acidentes de trabalho e tecnologias de prevenção e combate a sinistros; estudo de fatores causais em eventos ocupacionais adversos	75
Estudo de acidentes de trabalho à luz da epidemiologia	86
Riscos biológicos, químicos, físicos, mecânicos, ergonômicos e psicossociais no contexto do trabalho.....	93
Biossegurança, vigilância, prevenção e promoção da saúde do trabalhador	100
A psicopatologia do trabalho; sofrimento e prazer no trabalho; processo de trabalho e adoecimento; doenças psicossociais do trabalho; violências no ambiente de trabalho: assédio moral, assédio sexual e outros assédios e discriminações	107
Questões	110
Gabarito.....	119

SUMÁRIO



O ESTADO DE DIREITO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A DEMOCRACIA

O conceito de Estado de Direito é um dos pilares fundamentais das sociedades democráticas modernas. Ele estabelece que o poder estatal deve se submeter à lei e agir conforme princípios previamente definidos, garantindo direitos e liberdades aos cidadãos.

Essa estrutura jurídica é indispensável para a manutenção da democracia, pois cria limites claros ao exercício do poder político e assegura que a vontade da maioria não possa suprimir os direitos das minorias ou violar garantias individuais.

► O que é o Estado de Direito

O Estado de Direito (ou Estado legal) é um modelo de organização do Estado no qual todas as ações do poder público são regidas por leis previamente estabelecidas e legitimamente aprovadas. Isso significa que:

- Todos são iguais perante a lei: governantes e governados.
- Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem atuar dentro de seus limites legais.
- Há respeito a direitos e garantias fundamentais.
- A lei deve ser impessoal, geral e estável, evitando decisões arbitrárias.

Esse modelo se contrapõe ao arbítrio do Estado absolutista, em que o governante podia tomar decisões com base em sua vontade pessoal, sem respaldo jurídico. Portanto, o Estado de Direito é, por essência, uma estrutura de contenção e organização do poder político.

► A relação entre Estado de Direito e democracia

Democracia e Estado de Direito são conceitos distintos, mas interdependentes. A democracia diz respeito à forma como o poder é legitimado – geralmente por meio do voto direto e da soberania popular. Já o Estado de Direito diz respeito à maneira como esse poder é exercido – sempre com base em normas e limites jurídicos. Em uma verdadeira democracia:

- O governo é eleito pelo povo, mas não pode agir fora da lei.
- As majorias têm limites: não podem abolir os direitos fundamentais das minorias.
- A Constituição ocupa o lugar mais alto do ordenamento jurídico e orienta toda a atuação do Estado.

Portanto, o Estado de Direito garante a estabilidade institucional, a previsibilidade das decisões públicas e a proteção dos direitos dos indivíduos, mesmo contra abusos da maioria. Isso é especialmente importante em contextos de polarização política ou instabilidade, nos quais o respeito às regras do jogo democrático pode ser colocado em risco.

► Exemplos práticos da atuação do Estado de Direito

A importância prática do Estado de Direito pode ser observada em diversas situações do cotidiano político e jurídico:

- Quando um governante eleito tenta aprovar medidas que ferem direitos fundamentais, o Judiciário pode intervir e declarar a medida inconstitucional.
- Servidores públicos devem seguir normas legais para suas ações, e não podem agir com base em preferências pessoais.
- Cidadãos têm direito ao contraditório e à ampla defesa em processos administrativos ou judiciais.
- A imprensa tem liberdade para fiscalizar o poder público, e não pode ser censurada arbitrariamente.



Eixo Temático 1 - Seguridade Social

A política social e a seguridade social são fundamentais para a promoção de justiça e equidade dentro de uma sociedade. No contexto brasileiro, onde a desigualdade social é historicamente marcada por disparidades socioeconômicas, a implementação de políticas sociais se torna uma estratégia essencial para garantir a dignidade e os direitos básicos dos cidadãos. Essas políticas não se limitam a ações assistenciais; elas abrangem uma série de medidas que visam assegurar condições mínimas de vida para a população, proteger grupos vulneráveis e promover o bem-estar coletivo.

A seguridade social, por sua vez, é um dos pilares do sistema de proteção social no Brasil, consolidado pela Constituição Federal de 1988. Estruturada em três áreas principais — saúde, previdência e assistência social —, a seguridade social tem como objetivo assegurar que todos os brasileiros tenham acesso aos serviços de saúde, amparo em situações de incapacidade para o trabalho e apoio financeiro em casos de necessidade. Essa estrutura visa garantir a proteção contra riscos sociais que podem comprometer a qualidade de vida e o sustento dos indivíduos e de suas famílias.

O desenvolvimento das políticas sociais e do sistema de seguridade no Brasil se deu ao longo de várias décadas, com avanços e retrocessos que refletem o contexto político e econômico do país. Especialmente a partir da Constituição de 1988, essas políticas ganharam maior relevância e sistematização, garantindo que o Estado assumisse um papel central na promoção do bem-estar e na redução das desigualdades sociais.

Com isso, torna-se essencial compreender não apenas os conceitos e objetivos da política social e da seguridade social, mas também o papel desempenhado pelo Estado e pela sociedade na proteção social. Enquanto o Estado é responsável pela criação, financiamento e execução das políticas, a sociedade civil exerce um papel de controle, monitoramento e, muitas vezes, de mobilização para a ampliação e defesa desses direitos.

— Conceitos e Objetivos da Política Social

A política social é um conjunto de ações e programas desenvolvidos principalmente pelo Estado, com o intuito de garantir direitos sociais, promover o bem-estar e reduzir as desigualdades sociais. No Brasil, a política social tem raízes na luta por justiça social e visa assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a condições mínimas de vida, como saúde, educação, moradia e trabalho digno.

Essas políticas desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, uma vez que buscam suprir necessidades que o mercado, por si só, não atende.

Conceito de Política Social

De maneira geral, entende-se por política social o conjunto de medidas públicas que têm como objetivo atender às demandas e necessidades sociais básicas da população. No Brasil, essas medidas abarcam uma série de políticas públicas, incluindo saúde, educação, assistência social, moradia e previdência. Essas políticas representam uma resposta organizada às desigualdades econômicas e sociais, com o objetivo de reduzir a marginalização de setores mais vulneráveis da sociedade e garantir que direitos fundamentais sejam acessíveis a todos.

No contexto brasileiro, a política social não é apenas uma forma de assistência, mas uma obrigação do Estado, estabelecida na Constituição de 1988. Essa obrigação é fruto de uma visão ampliada de direitos sociais, que reconhece o papel do Estado em garantir condições dignas de vida para seus cidadãos. Sob essa perspectiva, a política social passa a ser vista como um direito da população e um dever estatal, em que o foco não é apenas atenuar as desigualdades, mas assegurar direitos humanos e a cidadania plena.



Eixo Temático 2 - Saúde

A Reforma Sanitária no Brasil foi um movimento social e político que buscou transformar profundamente o sistema de saúde no país, garantindo o direito universal à saúde e propondo um modelo de atendimento mais equitativo e acessível a todos os brasileiros. Esse movimento culminou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que foi formalizado na Constituição de 1988 e regulamentado em 1990 pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990). O SUS representa um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, com o objetivo de proporcionar assistência integral, descentralizada e universal.

O MOVIMENTO DE REFORMA SANITÁRIA NO BRASIL

O Movimento de Reforma Sanitária no Brasil foi um dos processos mais importantes na transformação do sistema de saúde do país, culminando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele surgiu no contexto das décadas de 1970 e 1980, durante o período da ditadura militar (1964-1985), em que o acesso à saúde era excludente e voltado prioritariamente para os trabalhadores formais que contribuíam para o sistema previdenciário.

Esse movimento reuniu profissionais de saúde, intelectuais, sindicatos e organizações populares, com o objetivo de reestruturar o modelo de saúde pública no Brasil, buscando garantir o acesso universal, equitativo e integral à saúde. A luta não se restringia ao campo da saúde, mas estava inserida em uma proposta mais ampla de democratização do Estado e de fortalecimento dos direitos sociais.

► Contexto Histórico

Durante a ditadura militar, o sistema de saúde brasileiro era caracterizado por um modelo excludente e fragmentado, baseado em um sistema de seguros sociais conhecido como Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), voltado exclusivamente para os trabalhadores com carteira assinada. Este modelo deixava de fora uma grande parcela da população — especialmente os trabalhadores informais, os desempregados e os camponeses — que não tinha acesso regular aos serviços de saúde.

Esse cenário gerou uma crescente insatisfação social com as desigualdades no acesso à saúde. A precariedade dos serviços, a falta de atendimento para a população mais pobre e a alta concentração de recursos na saúde curativa, em detrimento de ações preventivas, motivaram a articulação de movimentos que visavam reformular o sistema.

► 1.2. Sanitaristas e a Crítica ao Modelo Vigente

O Movimento Sanitarista foi formado por médicos, enfermeiros, assistentes sociais e pesquisadores, que criticavam o modelo centralizado e desigual de saúde da época. Eles propunham um sistema baseado na ideia de saúde como direito de todos e dever do Estado, defendendo que o acesso aos serviços de saúde deveria ser universal, e não condicionado ao trabalho formal.

Esses sanitaristas acreditavam que a saúde não era apenas a ausência de doenças, mas um estado de bem-estar físico, mental e social, influenciado por fatores como educação, condições de trabalho, saneamento básico e moradia. Eles enfatizavam que a saúde deveria ser tratada dentro de um contexto mais amplo, considerando os determinantes sociais que afetam o bem-estar da população.

► Objetivos da Reforma Sanitária

O Movimento de Reforma Sanitária buscava não apenas a mudança do modelo de assistência médica, mas também a reforma do Estado e da maneira como as políticas públicas eram formuladas. Entre os principais objetivos da Reforma Sanitária estavam:

- **Universalização do acesso à saúde:** Garantir que todos os cidadãos brasileiros tivessem direito aos serviços de saúde, independentemente de sua condição social, trabalho ou localização geográfica.

- **Integralidade da atenção:** Promover um modelo que não se restringisse ao tratamento de doenças, mas que também incluísse ações de prevenção, promoção da saúde e educação em saúde.



A origem do serviço social no Brasil

O surgimento do serviço social no Brasil é de certa forma semelhante ao Europeu. No entanto, a experiência brasileira difere por conta das suas características de país periférico subdesenvolvido.

No Brasil, nos anos 1930, havia uma mudança econômica em curso: o País saía de um modelo agrário exportador e passava para um modelo industrial, que se instalou nas grandes cidades, como São Paulo. Esta mudança do sistema agrário comercial para o industrial produziu profundas alterações sociais.

Assim como na Europa no ápice da Revolução Industrial, a mudança do estilo de vida rural para um urbano-industrial devido ao novo sistema de máquinas instituído levou a uma crescente urbanização, acirrando problemas e conflitos sociais.

O serviço social começa, também no Brasil, com as damas da Alta Sociedade e a influência da Igreja, fazendo, assim, um trabalho assistencialista, o que explica talvez por que o Brasil segue em seu contexto histórico de atraso político-social.

Em sua política de alianças, o governo brasileiro procurou o apoio da Igreja Católica, cujo entendimento relativo à questão social é apresentado nas Encíclicas Papais Rerum Novarum (1891) e Quadragésimo Ano (1931), abordando a intervenção do Estado nas relações entre o capital e o trabalho quanto à obrigatoriedade de realizar políticas sociais.

Logo, é se preocupando com a harmonia social, ou seja, com a ausência de conflitos de classe e na relação com a Igreja Católica, que o Serviço social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da “questão social”.

Uma marca característica dos nossos políticos, em especial de Getúlio Vargas, é o populismo do Estado Novo, no qual foram articuladas as primeiras legislações de proteção social do país. Somente com as primeiras leis trabalhistas da década de 1930, também de Getúlio Vargas, é que o serviço social começa a tomar forma e articular certas garantias de direitos à população trabalhadora e não trabalhadora do Brasil.

Assim, são abertos outros campos para o trabalho do assistente social, que começa então a laborar na indústria, principalmente dentro das vilas operárias e fortemente na esfera pública, que ainda hoje é seu campo principal de atuação.

Em 1932, é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país. Também na década de 1930, mais precisamente em 1936, foi fundada a primeira escola de serviço social no país, em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

Em 1937, foi criado o curso de serviço social no Rio de Janeiro, vinculado à PUC-RJ, e, em 1945, a Escola de Serviço Social de Porto Alegre, hoje denominada Faculdade de Serviço Social da PUCRS.

Em 1942, foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Contudo, é na LBA (Legião Brasileira de Assistência) que o ensino do serviço social começa a ganhar força nas demais capitais com a implantação de novos cursos.

Cabe ainda assinalar que, nesse momento, a “questão social” é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no serviço social, efetivas possibilidades de desenvolvimento.



Eixo Temático 4 - Previdência Social

ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Previdência Social brasileira, como parte essencial da Seguridade Social, tem sua história marcada por transformações econômicas, sociais e políticas. Com o passar dos anos, passou de um sistema limitado e assistencialista para um modelo estruturado em direitos constitucionais.

► O início da proteção social no Brasil

A história da Previdência Social no Brasil começa no início do século XX, em um contexto de urbanização e industrialização. A necessidade de proteção aos trabalhadores urbanos e suas famílias levou à criação das primeiras leis de amparo social.

▪ **1923 – Lei Eloy Chaves:** É considerada o marco inicial da Previdência Social no Brasil. Essa lei criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os empregados das empresas ferroviárias. Essas entidades funcionavam por categoria profissional e tinham caráter corporativo. O financiamento era tripartite: empresa, trabalhadores e o governo.

▪ A Lei Eloy Chaves não instituiu um sistema nacional de previdência, mas sim diversos sistemas isolados por empresa ou setor econômico.

► Expansão das CAPs e criação dos IAPs

Com o sucesso inicial das CAPs, o modelo foi sendo replicado em outras categorias profissionais.

▪ Durante a década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, houve uma forte centralização e expansão dos direitos sociais. As Caixas de Aposentadoria foram progressivamente substituídas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), organizados por categoria profissional.

▪ **Exemplos de IAPs:** IAPC (comerciários), IAPI (industriais), IAPB (bancários), entre outros.

Os IAPs ofereceram não só aposentadorias e pensões, mas também assistência médica e outros benefícios. Eles eram autarquias federais e passaram a constituir a base do sistema previdenciário estatal.

► Unificação e criação do INPS

A fragmentação dos sistemas previdenciários por categorias gerava desigualdades e ineficiência administrativa. A resposta a esse problema veio com a unificação dos IAPs.

▪ **1966 – Criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social):** O INPS foi criado com o objetivo de unificar os diversos IAPs, formando um único órgão gestor da previdência dos trabalhadores urbanos e rurais. Essa unificação foi parte de uma reforma administrativa mais ampla durante o regime militar.

▪ O INPS passou a administrar todos os benefícios previdenciários, e a partir dele foi possível consolidar as normas e práticas que dariam base ao futuro RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

► Constituição de 1988 e a criação do conceito de Seguridade Social

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um divisor de águas na história da Previdência Social. A nova Carta Magna estabeleceu um sistema tripartite de proteção social: saúde, previdência e assistência, sob o conceito de Seguridade Social.

▪ A Previdência Social foi elevada ao patamar de direito social e passou a ter caráter contributivo e compulsório, com o objetivo de garantir a subsistência do trabalhador e de seus dependentes nos casos previstos em lei (doença, invalidez, idade avançada, morte, etc.).

▪ A Constituição também definiu os princípios fundamentais da seguridade, como universalidade da cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade, entre outros.



Eixo Temático 5 - Saúde e Segurança do Trabalho

A saúde e segurança no ambiente de trabalho são temas de extrema relevância no contexto laboral, pois impactam diretamente o bem-estar dos trabalhadores, a produtividade das empresas e o cumprimento das obrigações legais. No Brasil, como em muitos países, há um esforço significativo para criar e implementar políticas que promovam um ambiente de trabalho seguro, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais e assegurando os direitos dos empregados. Essas políticas e programas têm o objetivo de proteger a integridade física e mental dos trabalhadores, reduzindo riscos e promovendo um ambiente saudável e produtivo.

A Política de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) envolve um conjunto de medidas, normas e diretrizes estabelecidas para minimizar riscos e promover a segurança dos colaboradores no ambiente de trabalho. Essa política se baseia em legislações e normas regulamentadoras (NRs) que determinam padrões mínimos de segurança, como a necessidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), treinamento adequado e práticas de prevenção. Esses regulamentos não são apenas exigências legais, mas também práticas que protegem o capital humano das empresas e auxiliam na redução de custos relacionados a acidentes e doenças.

A implementação de práticas seguras e ações de prevenção de acidentes é fundamental para o sucesso dessas políticas. Isso inclui desde a identificação dos riscos até o planejamento de ações preventivas e programas de treinamento para os colaboradores. Nesse contexto, a conscientização de todos os envolvidos, tanto trabalhadores quanto gestores, é essencial. Quando bem aplicadas, essas práticas promovem uma cultura de segurança que se reflete em menor número de acidentes, menor rotatividade de funcionários e maior eficiência operacional.

Por fim, a legislação aplicada à saúde e segurança do trabalhador é um dos pilares dessa política, regulamentando as condições mínimas de segurança que devem ser observadas. As normas trabalhistas no Brasil, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Normas Regulamentadoras (NRs), são fundamentais para orientar empregadores e trabalhadores sobre seus direitos e deveres. O conhecimento dessas leis e a adesão às normas de segurança estabelecidas são aspectos cruciais para a efetividade das ações preventivas e para a promoção de um ambiente laboral saudável e protegido.

Dessa forma, o desenvolvimento de uma política de saúde e segurança eficaz depende da integração entre as práticas seguras, as ações de conscientização e a observância rigorosa da legislação.

— Política de Saúde e Segurança no Trabalho: Conceitos e Práticas Seguras

A Política de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) é um conjunto de diretrizes e práticas que visam proteger a integridade física e mental dos trabalhadores, reduzindo ao máximo os riscos de acidentes e doenças ocupacionais.

A implementação de uma política robusta e eficaz nesse sentido é crucial para o desenvolvimento de um ambiente laboral saudável, produtivo e legalmente adequado, promovendo o bem-estar dos colaboradores e a eficiência organizacional.

Conceito e Importância das Políticas de SST

A política de SST estabelece as bases para um ambiente seguro, onde as atividades são planejadas, estruturadas e monitoradas para mitigar ou eliminar riscos. No Brasil, essas diretrizes são regidas por legislações específicas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelas Normas Regulamentadoras (NRs), que definem medidas de proteção em várias áreas de atuação.

A NR-1, por exemplo, trata das disposições gerais e responsabilidades de empregadores e trabalhadores na segurança do trabalho, enquanto outras normas, como a NR-6, especificam o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).